



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA - UEPB
CAMPUS 1 – CAMPINA GRANDE
CENTRO DE EDUCAÇÃO - CEDUC I
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA**

LEANDRA DA SILVA SANTOS

**(RE)VISITANDO A HISTÓRIA DA ALFABETIZAÇÃO NO BRASIL: DA COLÔNIA
AOS DIAS ATUAIS**

**CAMPINA GRANDE
2019**

LEANDRA DA SILVA SANTOS

**(RE)VISITANDO A HISTÓRIA DA ALFABETIZAÇÃO NO BRASIL: DA COLÔNIA
AOS DIAS ATUAIS**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Pedagogia da
Universidade Estadual da Paraíba, como
requisito à obtenção do título de
Licenciatura em Pedagogia.

Área de concentração: Educação.

Orientador: Prof.^a Me. Cristina Sales Cruz.

**CAMPINA GRANDE
2019**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

S237r Santos, Leandra da Silva.
(Re)visitando a história da alfabetização no Brasil
[manuscrito] : da colônia aos dias atuais / Leandra da Silva
Santos. - 2019.
38 p. : il. colorido.
Digitado.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em
Pedagogia) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de
Educação, 2019.
"Orientação : Profa. Ma. Cristina Sales Cruz ,
Coordenação do Curso de Pedagogia - CEDUC."
1. Alfabetização. 2. História da alfabetização. 3.
Letramento. 4. Mudança de paradigma. I. Título
21. ed. CDD 372.6

LEANDRA DÀ SILVA SANTOS

(RE)VISITANDO A HISTÓRIA DA ALFABETIZAÇÃO NO BRASIL: DA COLÔNIA
AOS DIAS ATUAIS

Trabalho de Conclusão de Curso de
Graduação apresentado ao Curso de
Pedagogia da Universidade Estadual da
Paraíba, como requisito à obtenção do
título de Licenciada em Pedagogia.

Área de concentração: Educação.

Aprovada em: 19/08/2019.

BANCA EXAMINADORA

Cristina Sales Cruz

Prof^a. Ma. Cristina Sales Cruz (Orientadora)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Soraya Maria Barros de Almeida Brandão

Prof^a. Dr^a Soraya Maria Barros de Almeida Brandão
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Maria do Socorro Moura Montenegro

Prof^a. Dr^a. Maria do Socorro Moura Montenegro
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Dedico este trabalho ao Todo Poderoso, que não esqueceu do meu sonho universitário, por ter me sustentado, financiado, guardado, livrado de toda obra contaria aos sEus projetos.

AGRADECIMENTOS

Ao meu amado esposo Domilson, por ter insistido para que eu voltasse a estudar, por sempre está presente, por ter cuidado dos nossos filhos nas vezes que estive ausente, da casa, em momentos de produções acadêmicas, nunca reclamou, pelo contrário sempre me instigou à perseverar.

À minha tia Regina (in memorian) por ter me sustentado em suas orações.

Ao meus pais, em especial à minha mãe por nunca ter desistido de seus sonhos, de ver seus filhos formados. Por ter cuidado dos meus meninos enquanto estive ausente, sei que esse momento também foi uma conquista dela.

Aos meus irmãos por toda compreensão, em especial a minha irmã Nádia por ter estado sempre presente nas minhas ausências.

Às minhas companheiras e amigas de curso e para vida, Arivânia, Meiry e Paula. Amigas que abrilhantaram essa caminhada, tudo se tornou fácil.

À minha querida e estimada professora Cristina Sales, pela paciência, carinho e atenção na escrita do meu trabalho de conclusão de curso. Sem essa atenção e orientação, esse trabalho não teria tido êxito.

A todos os professores que me influenciaram a ser uma profissional de excelência.

À banca examinadora - Prof.^a Dr.^a Maria do Socorro Moura Montenegro e Prof.^a Dr.^a Soraya Maria Barros de Almeida Brandão - que se dispuseram a participar deste trabalho, contribuindo para a melhoria do mesmo.

Aos amigos da turma, dos que iniciaram a caminhada desde o primeiro período e os que chegaram depois, sem vocês as noites seriam longas e sem graça. Todos estão no meu coração. Quantos momentos bons foram vivenciados.

Aos meus filhos Diogo e Nicolas, por compreenderem as minhas ausências, por não estar presente por causa das atividades acadêmicas. Pelas noites que não nos víamos. Em especial a Diogo que sempre estava dividindo comigo os afazeres domésticos, para que eu obtivesse êxito na minha caminhada acadêmica.

Ao Espírito Santo por sempre me conduzir em triunfo e nunca permitiu que eu desistisse do curso.

RESUMO

Partindo das inquietações oriundas de questionamentos do porquê de tantas mudanças ocorridas ao longo dos anos na forma de ensinar a ler e escrever as crianças; como os professores reagiram diante dessas mudanças; se ocorreram mudanças de paradigmas na forma de alfabetizar, foi realizada uma análise bibliográfica, tendo como objetivo geral revisar a literatura para pesquisar as mudanças ocorridas na alfabetização no Brasil, da chegada dos padres jesuítas até os dias atuais. A pesquisa foi norteada através de alguns teóricos, a exemplo de Ferreiro (1996), Kleiman (2005), Magalhães (2005), Maxwell (1996), Mortatti (2006), Mendonça e Mendonça (2011), Saviani (2008), Soares (2003 2016; 2017), dentre outros, pois se entende que estes estudiosos direcionam no entendimento e esclarecimento dos questionamentos iniciais deste trabalho. A escrita do trabalho está formatada em ordem cronológica dos acontecimentos. Conclui-se com este estudo, de que é de suma importância o professor alfabetizador pesquisar e compreender acerca da história da alfabetização para conhecer não apenas os vários tipos de métodos surgidos, como também os conceitos de alfabetização e letramento, para então fundamentar a sua metodologia do ensino da alfabetização, fazendo com que a aprendizagem da criança seja sistemática e sequencial, levando sempre em conta a contextualização, necessidade e o ritmo de cada aluno.

Palavras-Chave: Alfabetização. História. Mudanças de Paradigmas.

ABSTRACT

Starting from the concerns arising from the question of why so many changes occurred over the years in the teaching of reading and writing children; how teachers responded to these changes; If paradigm changes occurred in the form of literacy, a bibliographic analysis was performed, with the general objective of reviewing the literature to investigate the changes in literacy in Brazil from the arrival of Jesuit priests to the present day. The research was guided by some theorists, such as Ferreiro (1996), Kleiman (2005), Magalhães (2005), Maxwell (1996), Mortatti (2006), Mendonça and Mendonça (2011), Saviani (2008), Soares (2003 2016; 2017), among others, because it is understood that these scholars direct in the understanding and clarification of the initial questions of this work. The writing of the work is formatted in chronological order of events. It concludes with this study that it is of utmost importance for the literacy teacher to research and understand about the history of literacy in order to know not only the various types of methods that have emerged, but also the concepts of literacy and literacy, in order to substantiate his methodology. the teaching of literacy, making the learning of the child to be systematic and sequential, always taking into account the contextualization, necessity and the rhythm of each student.

Keywords: Literacy. Story. Paradigm Changes.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	10
2	TRAJETÓRIA DA ALFABETIZAÇÃO NO BRASIL COLÔNIA.....	12
2.1	O material didático utilizado a partir dos Jesuítas para alfabetizar e catequizar os indígenas.....	15
3	TRAJETÓRIA DA ALFABETIZAÇÃO NO BRASIL REPÚBLICA.....	18
4	ESTUDOS TEÓRICOS E MUDANÇAS DE PARADIGMAS NA ALFABETIZAÇÃO NOS SÉCULOS XX E XXI.....	23
4.1	A psicogênese da Língua Escrita e as práticas de alfabetização.....	24
4.2	O Letramento e a Alfabetização.....	28
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	33
	REFERÊNCIAS	34

1 INTRODUÇÃO

Ao longo do tempo diversas mudanças ocorreram na alfabetização, e estas alterações sempre estiveram relacionadas ao melhor método a ser utilizado pelo professor para ensinar a leitura e escrita às crianças em sala de aula. Buscando analisar essas modificações, o presente trabalho possui o objetivo geral de revisar a literatura em base nas mudanças ocorridas na alfabetização no Brasil, da chegada dos padres jesuítas até os dias atuais.

O interesse por essa revisão surgiu a partir dos questionamentos do porquê de tantas mudanças ocorridas ao longo dos anos na forma de ensinar a ler e escrever as crianças? Como os professores reagiram diante dessas mudanças? Ocorreram mudanças de paradigmas na forma de alfabetizar?

Para responder aos questionamentos quanto às mudanças ocorridas, lançamos mão da revisão bibliográfica, por consideramos a importância de uma análise aprofundada no acervo das publicações dos teóricos escolhidos, possibilitando uma apropriação da história para entendermos as mudanças que ocorreram no ensino da alfabetização no Brasil desde o período colonial até os dias atuais, pois as contribuições teóricas auxiliam a fundamentar a nossa pesquisa sobre o tema (Re)visitando a História da Alfabetização no Brasil: da colônia aos dias atuais.

Para a fundamentação teórica da revisão bibliográfica utilizamos Ferreiro (1996), Kleiman (2005), Magalhães (2005), Maxwell (1996), Mortatti (2006), Mendonça e Mendonça (2011), Saviani (2008), Soares (2003 2016; 2017), entre outros, pois entendemos que estes teóricos nos direcionam no entendimento e esclarecimento dos nossos questionamentos iniciais.

Na elaboração deste Trabalho de Conclusão de Curso – TCC –, procurou-se entender as mudanças e os impactos na forma de ensinar a ler e escrever, que têm ocorrido na alfabetização do Brasil ao longo da história. Estruturamos a escrita teórica em ordem cronológica, iniciando-se a partir do segundo capítulo em que é apresentado a trajetória da alfabetização no Brasil colônia e o material didático utilizado a partir dos Jesuítas para alfabetizar e catequizar os indígenas. No terceiro capítulo apresentamos a trajetória da alfabetização no Brasil República, focando nas disputas entre os defensores dos métodos de alfabetização sintéticos e analíticos e; no quarto e último capítulo concluímos com estudos teóricos e mudanças de

paradigmas na alfabetização nos séculos XX e XXI, destacando os estudos da Psicogênese da Língua Escrita de Emília Ferreiro e os do Letramento.

Visando contribuir através desta revisão de literatura para os estudos de graduandos em pedagogia no entender do por que das mudanças e os impactos ocorridos na história da alfabetização no Brasil até os dias atuais, quanto à importância do conhecer todo o trajeto histórico da alfabetização. Para assim desenvolver sua metodologia de ensino utilizando os métodos necessários no desenvolver da alfabetização da criança, uma vez que cada criança tem um contexto e ritmo de aprendizado diferenciado, não se podendo fechar os olhos para as questões de ensino e aprendizagem.

2 TRAGETÓRIA DA ALFABETIZAÇÃO NO BRASIL COLÔNIA

Pedro Álvares Cabral chegou às terras desconhecidas no continente americano, em 1500, no qual batizou de Monte pascoal – pois se tratava de um monte alto e estava no período da páscoa. A sua esquadra atracou no litoral das terras avistadas. Estima-se que existia nas terras na qual os indígenas chamavam de Pindorama – palavra de origem Tupi¹ – e hoje conhecida como Brasil, cerca de cinco milhões de pessoas que habitavam nesse novo território há milhares de anos. Esses nativos de hábitos e cultura diferenciados detinham seus próprios dialetos, sua forma de ler seu mundo.

Para conquistar, ensinar a nova língua falada e escrita e ao mesmo tempo catequizar essa população foi utilizado de início os serviços dos franciscanos, “[...] a colonização do Brasil contou com a contribuição imprescindível das ordens religiosas. Pode-se considerar que os primeiros evangelizadores dos Brasil foram os franciscanos” (SAVIANI, 2008, p.39). Os beneditinos atuaram apenas como evangelistas, “mais voltados para a contemplação, os beneditinos não tinham a instrução como meta principal” (SAVIANI, 2008, p.41), posteriormente vieram à predominância da influência dos padres da Companhia de Jesus conhecidos como os Jesuítas.

[...] vindo a exercer virtualmente o monopólio da educação nos dois primeiros séculos da colonização. Guiando-se pelas mesmas idéias e princípios, os Jesuítas estenderam sua ação praticamente ao longo de todo o território conquistado na América Meridional, o que fez com que o ensino por eles organizado viesse a ser considerado como um sistema pelos analistas da história da educação brasileira do período colonial. (SAVIANI, 2008, 41).

Os Jesuítas chegaram ao Brasil em 1549, chefiados pelo padre Manuel da Nóbrega. As colaborações jesuíticas deram-se em especial na catequese como também no ensino das letras do alfabeto latino aos nativos. O eixo de trabalho catequético tinha caráter pedagógico, pois os jesuítas consideravam que a conversão era o convencimento como relata Saviani (2004). Este autor afirma também que,

¹ Tupi significa terra das palmeiras.

A primeira fase da educação jesuítica foi marcada pelo plano de instrução elaborado por Nóbrega. O plano iniciava-se com o aprendizado do português (para os indígenas); prosseguia com a doutrina cristã, a escola de ler e escrever [...]. (SAVIANI 2008, p.43).

De início foi preciso que se criasse uma comunicação com os nativos, visto que eles falavam outras línguas e os colonos à língua portuguesa. Para essa comunicação o padre José de Anchieta – missionário da companhia de Jesus – desenvolveu um manual para auxiliar na comunicação entre os Jesuítas e os nativos. Como assevera Saviani (2008, p. 46) “para realizar seu trabalho pedagógico, Anchieta utilizou-se largamente do idioma tupi tanto para se dirigir aos nativos como aos colonos que já entendiam a língua geral falada ao longo da costa brasileira”.

Os Jesuítas, além de catequizar os indígenas, também eram responsáveis pela educação dos filhos dos colonos. Ou seja, cabiam aos jesuítas catequizar e se dedicarem ao ensino das primeiras letras aos nativos e em especial aos filhos dos colonos, iniciando-se no Brasil o processo de alfabetização, dando-se através da escrita alfabética portuguesa das línguas dos nativos ao lado do português e do latim. O convívio diário com os nativos possibilitou aos padres, com o passar do tempo, que compreendessem e assimilassem o dialeto dos nativos. Para facilitar a compreensão entre os indígenas e os religiosos, criou-se, sob a orientação do padre José de Anchieta a Língua geral, que teve como ponto de partida o Tupi, a linguagem falada pelos tupinambás, povos indígenas que habitavam o litoral brasileiro. A "Língua Geral" possibilitou a comunicação entre todos, passando a ser largamente difundida em quase todo o território colonial brasileiro.

Os padres trouxeram consigo o alfabeto, a gramática, o latim e a literatura de fundo místico, ascético, ideologias, valores e pensamentos. Os jesuítas possuíam uma missão religiosa dentro da colônia brasileira da conversão dos indígenas - considerados pagãos, uma vez que não eram convertidos ao cristianismo. Os religiosos exerciam diferentes funções de missionários, catequizadores e, especialmente, a de educadores.

Com o objetivo de transformar um padrão de homem que se baseasse nos princípios escolásticos², fora estabelecido as “casas de bê-á-bá” (criadas pelos

² Os princípios escolásticos conciliam a fé cristã com um sistema de pensamento racional. no qual deixa de lado, em parte a teologia, e dedica-se a formulação da filosofia cristã. Sendo mais um método de aprendizagem do que uma teologia.

jesuítas no século XVI, com base na proposta de padre Manuel da Nóbrega, cujo objetivo era de conversão dos índios e dos mamelucos)³. Estas casas eram espaços pequenos e as instruções davam-se através do ensino da leitura e da fé, cumprindo a dupla função de catequizar e ensinar, devido ser mais fácil ensinar as crianças indígenas, pois os padres consideravam que os pequenos tinham mais facilidade para a conversão do que seus pais, possibilitando o convertimento em massa. Provavelmente a cartilha de João de Barros⁴ tenha sido trabalhada como ferramenta pedagógica no tocante à catequização e a alfabetização tanto dos indígenas quanto dos filhos dos colonos pelos Jesuítas.

Como assegura Vieira (2017):

Para viabilizar o trabalho dos jesuítas na tarefa a ser desempenhada na Colônia, a Companhia de Jesus trouxe de Portugal um livro destinado a essa tarefa. Assim, temos no cenário da educação brasileira o primeiro livro didático: a cartilha de João de Barros. (VIEIRA, 2017, p.55).

Em 1750 o então Marquês de Pombal fez severas mudanças reformistas que influenciaram na educação brasileira. Os Jesuítas tinham influência sobre os nativos, sendo visto por parte do ministro como uma ameaça quanto aos seus planos no âmbito econômico, administrativo e educacional, fazendo com que o marquês promovesse uma campanha de difamação contra os jesuítas. Segundo Maxwell (1996):

A administração pombalina estimulou e subsidiou por toda a Europa uma campanha virulenta contra a ordem. O próprio Pombal estava intimamente envolvido na concepção e na formulação do extraordinário texto de propaganda conhecido como dedução cronológica e analítica. (MAXWELL 1996, p.10).

A perseguição do Marquês contra os Jesuítas culminou com a expulsão da Companhia de Jesus de Portugal e de seus domínios, em especial no Brasil. A reforma pombalina iniciou-se em 1759 tendo seu término em 1808. A expulsão dos

³ De acordo com o dicionário Online Português mamuleco é o filho de branco com índio.

⁴ João de Barros foi um historiador e escritor português. O seu silabário é considerado mais antigo, tendo por título "A cartinha para aprender a ler". A Cartinha trabalhava com duas vertentes, educação – no sentido de ensinar as primeiras letras –, como também evangelizar – catequizar através da doutrina católica os povos conquistados através das expansões marítimas europeias.

jesuítas fez com que o comando da educação deixou de ser controlada pela igreja católica, passando a ser administrada pelo Estado.

Conforme Maxwell (1996):

As reformas educacionais de Pombal visavam a três objetivos principais: trazer a educação para o controle do Estado, secularizar a educação e padronizar o currículo. Assim como muitas das medidas de Pombal, os experimentos iniciais ocorreram no Brasil.(MAXWELL 1996, p. 104).

Após o banimento dos Jesuítas fora implementado o sistema de aulas “régias”⁵ em substituição do ensino jesuítico. As aulas régias ou avulsas atendiam ao ensino elementar de Latim, Filosofia e Retórica. A expulsão ocasionou um caos no sistema de ensino no Brasil, uma vez que fora destruído o único sistema de ensino existente no país. A implementação do novo sistema de ensino demorou a entrar em vigor, deixando a primeira lacuna na educação brasileira.

2.1 O material didático utilizado a partir dos Jesuítas para alfabetizar e catequizar os indígenas

Para a iniciação do ensino das letras eram utilizadas as conhecidas “cartilhas”. Na época, as cartilhas destinadas à colônia brasileira eram produzidas em Portugal. A metrópole enviava para as colônias exemplares das cartilhas para a alfabetização das crianças.

De acordo com Mortatti (2006),

[...] o material de que se dispunha para o ensino da leitura era também precário, embora, na segunda metade do século XIX, houvesse aqui algum material impresso sob a forma de livros para fins de ensino de leitura, editados ou produzidos na Europa. Habitualmente, porém, iniciava-se o ensino da leitura com as chamadas “cartas de ABC” e depois se liam e se copiavam documentos manuscritos. (MORTATTI 2006, p.5).

O material de João de Barros, conhecida como cartinha, apresentava-se como um guia, partia do pressuposto dos mandamentos da igreja católica, como também apresentava ao aluno as letras do alfabeto e sua ilustração através de gravuras, o conjunto do alfabeto, tabela das combinações das letras ou a junção das

⁵ As **aulas régias** foram estabelecidas em Portugal e em suas colônias pelo alvará de 28 de junho de 1759, no âmbito das reformas políticas, administrativas, econômicas e culturais promovidas pelo ministro Sebastião José de Carvalho e Melo, futuro marquês de Pombal, durante o reinado de D. José I (1750-1777).

mesmas, como também a distinção ortográfica entre vogais médias abertas e fechadas, formação das sílabas e regras para a utilização da ortografia. Ao término da explanação do ensino das letras Barros instrui acerca da fé.

A cartinha de João de Barros pautava seus ensinamentos baseado na “marcha sintética”, no qual trabalhava a relação do som – fonemas – com a grafia – grafemas –, ocorrendo o aprendizado por meio de letra por letra, sílaba por sílaba e palavra por palavra, fazendo como que o aluno aprendesse os símbolos gráficos de uma forma geral, partindo das partes para o todo.

A metodologia de ensino dos padres continuou sendo utilizada por muitos anos no Brasil através das cartilhas de João de Barros, em que era baseada no método de marcha sintética, até mesmo depois que o Marquês de Pombal expulsou os jesuítas, pois Pombal considerava os religiosos como uma ameaça para os seus planos.

Em 1880, ano de mais difusão da cartilha do poeta João de Deus⁶, surge às primeiras cartilhas nacionais. Nesse período os professores confeccionavam matérias que auxiliavam na alfabetização, como também utilizavam as cartilhas portuguesas. Estavam presentes nos silabários nacionais os métodos sintéticos, que parte das unidades menores da língua (letras, sílabas, fonemas) para as partes maiores (palavras, frases, textos).

A proclamação da República em 1889 ocasionou um processo de expansão do ensino brasileiro, surgindo os grupos escolares em que foram instituídas divisões por séries de ensino, fazendo com que necessitasse de matérias específicas para os tipos de turmas criadas. Surgindo por parte do ideário republicano, nacionalista a preocupação da produção de materiais didáticos mais nacional, fazendo com que as produções didáticas portuguesas fossem deixadas de lado. Ocasionalmente uma ruptura com os empregos dos métodos sintéticos e uma crescente difusão dos analíticos (globais), que parte de unidades significativas da língua (palavras, frases, historietas) para as menores unidades.

Como assegura Mortatti (2006):

As primeiras cartilhas brasileiras, produzidas no final do século XIX sobretudo por professores fluminenses e paulistas a partir de sua

⁶João de Deus Nogueira Ramos, conhecido como João de Deus, foi um poeta lírico e pedagogo, proponente de um método de ensino da leitura, contido no seu escrito conhecido como A Cartilha Maternal, adotada e ministrada nas escolas portuguesas por mais de meio século.

experiência didática, baseavam-se nos métodos de marcha sintética (de soletração, fônico e de silabação) e circularam em várias províncias/estados do país e por muitas décadas. (MORTATTI, 2006, p.4).

As lutas por uma educação que vise o aprendizado do aluno, não são recentes. Devido à reforma pombalina ter deixado uma lacuna em relação ao ensino da alfabetização, iniciou-se no Brasil um movimento surgido através de alguns professores preocupados com o método do ensino, o método esse sintético. O ensino do método sintético era visto por alguns professores, como uma concretização rotineira, decoreba que fazia com que o aluno aprendesse a reconhecer as letras. Com esta preocupação surgiu uma disputa entre os defensores dos métodos sintéticos e analíticos, procurando-se defender qual o melhor método para alfabetizar crianças, ocasionando uma ruptura com o método sintético. O embate perdurou por várias décadas.

3 TRAGETÓRIA DA ALFABETIZAÇÃO NO BRASIL REPÚBLICA

Devido à lacuna deixada pela reforma pombalina no que tange ao ensino, e em especial a alfabetização, e com os métodos que se ensinavam as crianças, fez com que inúmeros professores se inquietassem. Diante desse contexto do ensino da língua materna, o professor Antonio Silva Jardim⁷ (1860 – 1891), passa a divulgar o “método de João de Deus⁸” para o ensino da leitura, no desenvolvimento da linguagem, no qual se dava naturalmente e pautava-se na compreensão da criança. Jardim considerava como ‘atraso horroroso’ e o ‘sofismo do Império’ o ensino, pois julgava as práticas de ensino na época como concretizações rotineiras, decorebas. Além desses argumentos, Silva Jardim também lutava e protestava por um material didático que fosse nacionalizado, em virtude das cartilhas serem produzidas em Portugal. Uma vez que os professores criavam seus próprios materiais para alfabetizar, como também utilizavam as cartilhas portuguesas.

Silva Jardim almejava uma educação brasileira, que contemplasse o povo brasileiro como um todo. Uma educação nacional, iniciando-se pelo livro da leitura. Uma vez que sua crítica concernente ao ensino da leitura dava-se em torno do método de marcha sintética que parte dos elementos mais simples até as unidades linguísticas maiores, alguns deles continuam até os dias atuais. O método alfabético, considerado o mais antigo entre os sintéticos, propunha aprender/decorar o nome das letras do alfabeto, formar sílabas para depois formar palavras. Posteriormente fora criado a metodologia de soletração, no qual era exibido através da cantoria e memorização com os nomes das letras e suas possíveis combinações. Outro método foi o fônico em que consistia em ensinar a forma o som das vogais, posteriormente o ensino das consoantes, estabelecendo as relações entre vogais e consoantes cada vez mais complexas. No que se refere ao ensino do silábico, o início da aprendizagem é dada inicialmente pelas sílabas, posteriormente combinam as sílabas para depois formar palavras.

Devido o olhar de inquietação por professores em relação ao método de marcha sintética, iniciou-se uma divulgação através de Silva Jardim do "método de João de Deus" (o analítico), que visava uma instrução com fundamento na língua

⁷ Antonio da Silva Jardim foi um positivista militante, advogado, republicano e professor de Português na Escola de São Paulo. Silva Jardim considerava o método da palavração como o mais eficaz para o ensino da leitura.

viva, em que o aluno aprendesse de forma natural e sem sofrimento, como assegura Trindade (2001).

Conforme Magalhães (2005), os debates entre os defensores dos métodos sintéticos e dos métodos analíticos, acerca de qual método seria o melhor instrumento para alfabetizar, ocasionou um rompimento do emprego do método sintético e, como afirma a autora, uma

[...] progressiva difusão dos analíticos (globais), que partem de unidades significativas da língua, como palavras, sentenças ou histórias, focalizando primeiro o sentido e memorização, para depois partir para a análise das sílabas e fonemas. (MAGALHÃES, 2005, p. 6).

O método analítico ou global tem como foco a leitura como um ato global. A criança terá acesso primeiramente ao texto – historietas –, inúmeras vezes para que possa compreender as suas partes, fazendo com que os alunos iniciem a sua compreensão quanto à variedade dos lugares das palavras, fazendo com que o aprendiz entenda que ao ler descobrirá o que está escrito.

Da mesma forma que o método sintético tem sua subdivisão, ocorre também com os analíticos. Este método subdivide-se em: palavrção, sentencição e método de contos ou historietas. No processo de palavrção a palavra é aprendida globalmente e através do reconhecimento da imagem; na sentencição a frase é a unidade de aprendizado. E o método global de contos ou historietas utiliza como ponto de partida pequenas histórias com sentidos complementares.

Devido aos pontos diferenciados quanto à questão do aprendizado das letras, palavras e leituras, ocasionaram a controvérsia dos métodos que se estendeu até os anos 1980, gerando uma polémica sobre qual seria o melhor método para alfabetizar as crianças. Em um momento um método era o melhor, em outro desusava-se tal método por não alcançar objetivos, fazendo com que fossem descartados e partindo para o próximo que estivesse na “moda”. Entre as décadas de 1960 a 1980 no Brasil foi aplicado bastante o método fônico, no qual ensinava a leitura como base entre a relação de letras – símbolos gráficos – (grafemas) e sons – unidades sonoras – (fonemas). Esse método surgiu através da crítica ao método de soletração ou alfabético, conforme Mendonça (2011).

A disputa entre os que defendiam e continuavam a utilizar os métodos sintéticos e os que defendiam o uso dos analíticos, fez com que fosse iniciada uma

nova tradição em que ocasionou uma ruptura entre o uso do método sintético. Os professores que advogavam o "novo e melhor método" passaram a utilizar nas suas práticas os métodos analíticos.

A partir de 1890 é implementada a reforma da instrução pública no Estado de São Paulo, que tinha como pretensão servir de modelo para os demais estados. A reforma foi iniciada com a reorganização da Escola Normal⁹ de São Paulo e a criação da Escola-Modelo Anexa¹⁰.

De acordo com Mortatti (2006), a base da reforma estava pautada didaticamente no método analítico.

Do ponto de vista didático, a base da reforma estava nos novos métodos de ensino, em especial no então novo e revolucionário método analítico para o ensino da leitura, utilizado na Escola-Modelo Anexa (à Normal), onde os normalistas desenvolviam atividades "práticas" e onde os professores dos grupos escolares (criados em 1893) da capital e do interior do estado deveriam buscar seu modelo de ensino (MORTATTI, 2006, p. 6).

Os professores que se formavam na Escola Normal defendiam programaticamente o método de ensino analítico para o ensino da leitura. Os docentes que eram formados na escola nova transmitiram o método para outros estados brasileiros, através de cartilhas, artigos de jornais, revistas pedagógicas dentre outros, fazendo com que o método analítico fosse institucionalizado e obrigatória a sua utilização nas instituições de ensino paulista. As produções das cartilhas passaram a ser baseadas no método de marcha analítica, isto no início do século XX, começando assim uma disputa acirrada entre os partidários do considerado novo método (analítico) e os mais tradicionais (sintéticos).

Como assevera Mortatti (2006) acerca das disputas partidárias:

⁹A Escola Normal da Corte foi criada pelo decreto n. 7.247, de 19 de abril de 1879, que determinou novos rumos para a educação superior no Império e o ensino primário e secundário no município da Corte. Essa reestruturação do ensino ficou conhecida como reforma Leôncio de Carvalho, nome do ministro e secretário de Estado dos Negócios do Império responsável pelo ato. Tais mudanças ocorreram em um período de grandes transformações que ganharam impulso no começo da década de 1870, visando a modernização do Estado e o progresso da nação. Nesse contexto, além de reestruturações nas políticas sociais e econômicas [...] o governo procurou investir e reformular instituições educacionais, que seriam um dos elementos difusores do ideário modernizador. Para isso, seria necessário também um projeto de formação e profissionalização docente. (GLABER, 2016, p.1)

¹⁰A reforma de 1890, graças à orientação e influência de Caetano de Campos, converteu as escolas preliminares anexas em escolas-modelo. Essas foram concebidas nos moldes de um ensino primário de longa duração, integral, graduado, e conforme as idéias de Pestalozzi acerca dos processos intuitivos de ensino. A escola preliminar anexa à escola Normal, que funcionou primitivamente em compartimentos contíguos à Igreja do Carmo, converteu-se em escola-modelo. (HISTEDBR, 2015?, p.9)

Iniciou-se, assim, uma acirrada disputa entre partidários do então novo e revolucionário método analítico para o ensino da leitura e os que continuavam a defender e utilizar os tradicionais métodos sintéticos, especialmente o da silabação. Concomitantemente a essa disputa, teve lugar uma outra relativa aos diferentes modos de processuação do método analítico, dentre as quais se destaca a travada entre os professores paulistas e o fluminense João Köpke. (MORTATTI, 2006, p.7).

Conforme a autora começou-se no final da década de 1910 a ser utilizado o termo 'alfabetização' para referir-se ao ensino inicial da leitura e escrita, com um olhar voltado para as questões didáticas, a forma de como ensinar e a quem ensinar. O uso do termo alfabetização envolve acentuadamente as questões didáticas, o como ensinar, porém subordinado às questões de ordem psicológica das crianças, como esclarece

A autora continua esclarecendo que em virtude da autonomia didática proposta pela Reforma Sampaio Dória¹¹ e também pelas novas urgências políticas e sociais, em meados da década de 1920, fez com que aumentasse a resistência dos professores em relação à utilização do método analítico e começaram a buscar novas propostas de solução para os problemas do ensino e aprendizagem iniciais da leitura e da escrita. Os que defendiam os métodos analíticos continuaram a utilizá-los nas práticas e a propagar a sua eficácia.

No entanto, Conforme assegura Mortatti (2006):

Os defensores do método analítico continuaram a utilizá-lo e a propagandear sua eficácia. No entanto, buscando conciliar os dois tipos básicos de métodos de ensino da leitura e escrita (sintéticos e analíticos), em várias tematizações e concretizações das décadas seguintes, passaram-se a utilizar: métodos mistos ou ecléticos (analítico-sintético ou vice-versa), considerados mais rápidos e eficientes. (MORTATTI, 2006, p.8).

As disputas entre os que defendiam os métodos sintéticos e os métodos analíticos não cessaram, porém o tom de acirramento visto em momentos passados foi dissolvendo, conforme ia se acentuando a tendência de relativização da importância dos métodos, dando ênfase ao método global (de contos) que foi divulgado através do movimento Escola Nova¹², porém o método foi sendo pouco

¹¹A Reforma Sampaio Dória foi regida pelo diretor geral da instrução Antonio Sampaio Dória, cujo objetivo visava ampliar as oportunidades educacionais e a renovação do ensino.

¹²Escola Nova foi um dos nomes dados a um movimento de ensino para propor novos caminhos para a educação, tendo seus fundamentos ligados aos avanços da psicologia e da biologia.

utilizado nas escolas do Brasil em virtude da pouca quantidade de professores que sabiam utilizá-lo.

Como assegura a autora:

Essa tendência de relativização da importância do método decorreu especialmente da disseminação, repercussão e institucionalização das então novas e revolucionárias bases psicológicas da alfabetização contidas no livro **Testes ABC para verificação a maturidade necessária ao aprendizado da leitura e escrita** (1934), escrito por M. B. Lourenço Filho. (MORTATTI, 2006, p. 9, grifos do autor).

Devido ao fracasso escolar, baterias de exercícios para estimulação foram criados para averiguar e principalmente medir a maturidade necessária à aprendizagem da leitura e escrita. Os Testes de ABC do psicólogo e educador Lourenço Filho¹³, foram utilizados, principalmente para medir o nível de maturidade necessária ao aprendizado da leitura e escrita, com o objetivo de classificar as crianças que estavam no processo de alfabetização, visando à organização de classes homogêneas e à racionalização e eficácia da alfabetização, como nos informa Mortatti (2006).

¹³Lourenço Bergström Filho foi um psicólogo voltado para a área educacional, desenvolveu trabalhos centrados no campo da Psicologia Educacional e no domínio da Educação. Atuou junto às escolas na tentativa de compreender as causas do fracasso escolar. Elaborou os Testes de ABC, cuja finalidade de verificação da maturidade necessária à aprendizagem da leitura e escrita, no ingresso da criança para a alfabetização.

4 ESTUDOS TEÓRICOS E MUDANÇAS DE PARADIGMAS NA ALFABETIZAÇÃO NOS SÉCULOS XX E XXI

As discussões sobre a alfabetização ficaram mais intensas a partir da década de 1980, pois existia uma busca por alternativas novas, que tentavam resolver as questões do processo de alfabetização das crianças. As discussões são voltadas para o modo como o pequeno aprende e não focalizando a questão dos métodos sintéticos e analíticos considerados tradicionais e antigos em relação às novas explicações surgidas para alfabetizar, não visando técnicas e sim como ocorre o processo de aprendizagem da criança.

Em meados da década de 1970 a pesquisadora e psicóloga argentina Emília Ferreiro¹⁴ organizou dois grupos de pesquisa com temas vinculados à escrita e o outro à língua oral. Esses grupos foram formados por psicólogos e pesquisadoras na área das Ciências da Educação. Todas tinham o compromisso de pesquisar e encontrar soluções referentes aos problemas enfrentados no que se referia à aprendizagem da leitura, como também da escrita da criança no seu processo de alfabetização.

Segundo Mello (2015), explica que:

Em 1974, juntamente com Ana Teberosky, Susana Fernández, Ana Maria Kaufman, Alicia Lenzi e Liliana Tolchinsky, Ferreiro começou um trabalho experimental. Naquele ano, a pesquisadora já havia retornado às atividades docentes na Universidade de Buenos Aires, e esse primeiro ano de pesquisa fez parte de suas tarefas nessa função. Era o começo da pesquisa sobre a psicogênese da língua escrita, cujos resultados foram publicados somente em 1979, no México. Tal trabalho teve prosseguimento por mais dois anos, mesmo sem auxílio financeiro, nem oficial. (MELLO, 2015, p.253).

Com a divulgação desta pesquisa no Brasil, aconteceu uma segunda mudança de paradigma na alfabetização. A primeira ruptura metodológica ocorreu com a mudança de métodos sintéticos para analíticos no final do século XIX. Essa segunda mudança de paradigma transcorreu um século depois, com a divulgação do

¹⁴Psicóloga e pedagoga argentina, doutoranda de Jean Piaget - psicólogo e educador, mas as indagações fundamentais que originaram seu paradigma e nortearam suas pesquisas sempre estiveram prioritariamente vinculadas à compreensão do Sujeito Epistêmico e não do Sujeito Psicológico - promoveu a continuidade do trabalho de Piaget sobre epistemologia genética - uma teoria do conhecimento centrada no desenvolvimento natural da criança - estudando um campo que ele não havia explorado: a escrita.

chamado construtivismo, que se opunha a utilização dos métodos considerados tradicionais, visto que a alfabetização era vista como uma escolha de método.

Conforme afirma Soares (2016):

Essa mudança de paradigma [...] altera o movimento pendular: o pêndulo passa a deslocar-se não mais entre os métodos sintéticos, de um lado, e métodos analíticos, de outro, mas entre ambos, qualificados de 'tradicionais', de um lado, e a 'desmetodização' proposta pelo construtivismo, de outro, entende-se por 'desmetodização' a desvalorização do método como elemento essencial e determinante no processo de alfabetização. (SOARES, 2016, p.22).

Como já foi dito, no século XX a querela entre os que defendiam a utilização do método mais eficaz para ensinar as crianças a ler e escrever, gerou a controvérsia dos métodos analíticos e sintéticos, no qual perdurou até os anos de 1980. Nas últimas décadas foram observadas mudanças de paradigmas em relação ao conceito de alfabetização, como também qual seria o melhor método a ser utilizado para ensinar o domínio da língua escrita, uma vez que o fracasso na alfabetização era persistente.

De acordo com Albuquerque (2007):

A partir da década de 1980, o ensino da leitura e escrita centrado no desenvolvimento das referidas habilidades, desenvolvido com o apoio de material pedagógico que priorizava a memorização de sílabas e/ou palavras e/ou frases soltas, passou a ser amplamente criticado. Nesse período, pesquisadores de diferentes campos - Psicologia, História, Sociologia, Pedagogia, etc. - tomaram como temática e objeto de estudo a leitura e seu ensino, buscando redefini-los. (ALBUQUERQUE, 2007, p. 15).

Com essa preocupação em solucionar os problemas do fracasso a cada momento, levava-se para a sala um método novo que ajudasse nessa questão de falta de sucesso na iniciação da aprendizagem inicial da língua escrita.

4.1 A Psicogênese da Língua Escrita e as práticas de alfabetização

No ano de 1979 Ferreiro publicou, em coautoria com Ana Taberosky¹⁵ e colaboradores, *Los sistemas de escritura en el desarrollo del niño*, contendo os resultados da pesquisa realizada na Argentina em conjunto com o seu grupo de pesquisa. Em 1980 essa obra foi traduzida no Brasil com o título *Psicogênese da*

¹⁵Psicóloga e psicopedagoga, especialista em Psicologia da Educação e catedrática da Universidade de Barcelona, na Espanha.

língua escrita. A propagação do seu trabalho no Brasil ocorreu bem antes da publicação do seu livro, dando início a inserção do pensamento da psicóloga argentina no Brasil, relacionado à divulgação dos resultados das pesquisas que estavam contidas no livro *Psicogênese da língua escrita*. A pesquisa para Ferreiro, foi uma 'revolução conceitual' na alfabetização.

Conforme esclarece Mello (2015):

[...] Ferreiro afirma ter feito uma — revolução conceitual a respeito da alfabetização, por ter — mudado o eixo em torno do qual passavam as discussões sobre o tema: dos debates sobre os métodos e os testes utilizados para o ensino da leitura e da escrita para a idéia de que não são os métodos que alfabetizam, nem os testes que auxiliam o processo de alfabetização, mas são as crianças que (re)constroem o conhecimento sobre a língua escrita, por meio de hipóteses que formulam, para compreenderem o funcionamento desse objeto de conhecimento. (MELLO, 2015, p. 88).

Os estudos de Emília Ferreiro e colaboradores apresentados no livro *A psicogênese da língua escrita*, revolucionaram o que se conhecia sobre a aquisição da leitura e da escrita, por explicarem através dos seus estudos sobre a psicogênese dos sistemas de interpretação elaborados pelas crianças para entenderem a representação alfabética da língua. As pesquisadoras fizeram as suas investigações sobre as dificuldades conceituais ligadas à compreensão de um sistema de representação, dificuldades essas relacionado ao princípio alfabético, bem como os processos de aprendizagem das crianças, aquisição e elaboração do seu conhecimento, a forma como aprendem em relação as suas competências de leitura/escrita.

Observando a contextualização da escrita da criança, as autoras categorizaram a evolução da escrita em três níveis. No primeiro nível a criança faz a diferenciação entre desenho e escrita, levanta a hipótese de que um escrito para ser interpretável deve ter no mínimo três letras, sua escrita pode ser fixa (mesma sequência de letras para coisas diferentes) e a interpretação é dada por ela; no segundo nível não se satisfazendo com as próprias interpretações, faz variações na sequência de letras para representar coisas diferentes. Já para solucionar problemas de entender porque os adultos escrevem ora com muitas letras, ora com poucas, levanta a hipóteses de que os nomes têm a ver com tamanho, espessura, quantidade de objetos e passa escrever com muitas letras para coisas grandes ou conjuntos de muitas coisas e poucas letras para coisas pequenas;

O terceiro nível Ferreiro (1995, apud GOODMAN, 2005) denominou de fonetização, que é quando a criança passa a analisar a escrita com base na fala. Neste nível as pesquisadoras observaram nas crianças de fala espanhola (objeto da pesquisa¹⁶) que elas constroem três hipóteses bastante diferenciadas na caracterização desse nível. A primeira é a hipótese silábica, quando a criança “[...] busca fazer corresponder uma sílaba da palavra a cada letra escrita” (FERREIRO, 1990, apud SINCLAIR, 1990, p. 18). No início desta hipótese a criança pode escrever qualquer letra para representar cada uma das sílabas pronunciadas (silábico quantitativo), posteriormente a procurar letras semelhantes para escrever sons que sejam semelhantes das sílabas pronunciadas (silábico qualitativo).

Para a autora nova fonte de conflitos surge nas crianças:

(...) os conflitos entre as hipóteses construídas por essas crianças e a escrita tal como praticada pelos outros sujeitos já alfabetizados. Nesse nível de desenvolvimento, as crianças compreendem muito bem sua própria maneira de escrever, mas têm grande dificuldade de compreender as escritas que as cercam. (...) A dificuldade de abandonar o sistema precedente e de substituí-lo por outro é representada por esse período intermediário que denominamos silábico-alfabético e que é uma espécie de híbrido. (FERREIRO, 1990, apud SINCLAIR, 1990, p 22-23).

Assim, na hipótese silábico-alfabético algumas letras ainda podem passar por sílabas, enquanto outras representam unidades sonoras menores. “A etapa final da evolução é o acesso aos princípios do sistema alfabético” (FERREIRO, 1990, apud SINCLAIR, 1990, p.23). Nesta etapa, a hipótese alfabética, a criança já compreendeu as características do sistema alfabético, porém não dominam ainda as convenções ortográficas. O nível alfabético não é o fim da alfabetização, sendo o ponto final da evolução anterior e, ao mesmo tempo, o ponto de partida de novas evoluções, como explicita (FERREIRO 1995).

Vale ressaltar que a obra de Ferreiro, não apresenta nenhum método pedagógico, entretanto revelou os processos de aprendizagem da criança, visto que a crianças, com os seus esquemas de assimilação, estivessem no centro do processo de aprendizagem, pois elas constroem o próprio conhecimento.

As informações acerca das pesquisas de Ferreiro e seus colaboradores chegaram primeiramente no Brasil através de simpósios e congressos de educação, se espalhando rapidamente no campo educacional do Brasil. No Rio Grande do Sul

¹⁶A pesquisa foi feita com crianças de língua espanhola.

que ocorreu uma das experiências abrangentes, no qual a Secretaria Estadual criou um laboratório de Alfabetização, tendo como base as descobertas de Emília Ferreiro.

Como confirma Mello (2015):

Daquela época até os dias de hoje, as idéias dessa pesquisadora estão presentes no discurso brasileiro sobre alfabetização, seja em documentos institucionais, em artigos de revistas especializadas, em textos de anais de congressos, em textos sugeridos aos professores para utilizarem em sua prática pedagógica as idéias de Emilia Ferreiro, seja, ainda, em livros, teses e dissertações acadêmicas sobre alfabetização. (MELLO, 2015, p. 88)

Com a divulgação deste trabalho das pesquisadoras no Brasil no final da década de 1980, no qual revolucionou e provocou um grande impacto sobre a concepção do que se tinha sobre o processo de alfabetização, influenciando até as próprias normas do governo para a área, expressas nos Parâmetros Curriculares Nacionais - PCN, fez com que Secretarias de Educação motivadas, pelo fracasso escolar, iniciassem um trabalho de elaboração de Propostas Pedagógicas e de treinamento de Supervisores de Ensino, cuja finalidade para a reprodução dos conhecimentos adquiridos nos cursos de capacitação para serem oferecidos aos alfabetizadores das Redes de Ensino. As pesquisas influenciaram as elaborações de propostas pedagógicas, como também serviram de referenciais teóricos para os Programas de Formação de Professores Alfabetizadores, dentre outros.

De acordo com Mello (2015):

Em abril de 2001, Ferreiro recebeu das mãos do então presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, a mais alta distinção do governo brasileiro na área da educação: a condecoração do “Mérito Educativo no Grau de Grande Oficial”. Na solenidade, suas ideias foram elogiadas e recomendadas pelo presidente, já que estão presentes na concepção de alfabetização adotada pelos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), além de fazerem parte de programas oficiais de formação continuada de professores alfabetizadores. (MELLO, 2015,p.256).

Atrelado as divulgações das pesquisas da psicogênese é divulgado no Brasil o construtivismo, surgindo como uma alternativa de combate ao fracasso escolar. Para (SOARES 2016) o construtivismo não propôs um novo método, e sim uma nova fundamentação teórica e conceitual do processo de alfabetização e de seu objeto, a língua escrita. Fazendo com que os métodos analíticos e sintéticos fossem qualificados como “tradicionais”, uma vez que tanto os métodos sintéticos, quanto os

analíticos contrariavam o processo de psicogênese da criança e o objeto dessa aprendizagem.

Apesar da teoria do construtivismo de Ferreiro não ter proposto uma didática de alfabetização, a partir desse contexto ocorreu uma má interpretação da proposta construtivista de alfabetização. Como nos auxilia para entendermos esse processo Mendonça e Mendonça (2011), asseverando que:

O grande equívoco que vem ocorrendo na alfabetização, no Brasil, resulta da concepção equivocada e das práticas adotadas e divulgadas, decorrentes da má interpretação da pesquisa de Ferreiro e Teberosky, a Psicogênese da língua escrita. (MENDONÇA E MENDONÇA, 2011, p. 47).

Como também é afirmado por Mello (2015), acerca dos equívocos, assim como as tensões de correntes das interpretações errôneas,

Desde o início da divulgação do pensamento construtivista de Emilia Ferreiro sobre alfabetização em nosso país, em meados dos anos de 1980, as tensões decorrentes da apropriação desse pensamento no âmbito de propostas oficiais estavam relacionadas com as discussões sobre o significado da — revolução conceitual proposta por Emilia Ferreiro. Embora essa tensão pareça ter-se amenizado e embora não se tenham notícias de que os resultados da pesquisa de Ferreiro e colaboradores tenham sido refutados em seus fundamentos e resultados, vêm sendo apresentadas muitas críticas, relacionadas, sobretudo, com a dúvida a respeito do papel do ensino, da escola e do professor, a partir desse ponto de vista. (MELLO, 2015, p.264).

Uma das interpretações errôneas dizia respeito ao modo de ensino do professor, pois se acreditava que não precisaria ensinar, uma vez que a criança aprendia sozinha e não era preciso ser desenvolvido pelo docente um trabalho sistemático de alfabetização, deixando-o como um simples observador. O aluno teria que escrever de sua forma, sem precisar de correções quanto à escrita. Inúmeros professores passaram a apenas considerar os alunos partindo do referencial da Psicologia. A apropriação equivocada do construtivismo acabou gerando um relativismo metodológico.

Com a intenção de se fazer algo “novo” geraram-se confusões, fazendo com que, mais uma vez o problema de alfabetização no Brasil voltasse ao centro das discussões, agora como uma questão sobre o uso ou não dos métodos.

Reportamos a Soares (2016) quando nos trás a lembrança que,

“[...] nos anos iniciais do século XXI reaparece a discussão sobre métodos de alfabetização, relativamente marginalizada durante as duas últimas décadas do século XX, e enfrentam-se de novo polêmicas, agora mais complexas: não apenas divergências em torno de diferentes métodos de alfabetização, mas também, e talvez sobretudo, dúvidas sobre a possibilidade ou necessidade de método para alfabetizar – um movimento de recuperação do método em conflito com a tendência à **desmetodização**, consequência da interpretação que se deu ao construtivismo. (SOARES 2016, p. 24 grifos do autor).

4.2 O letramento e a alfabetização

Assim como o Construtivismo de Emília Ferreiro que se expande a partir da década de 1980, no século passado, outro fator que provocou mudanças no conceito e nas práticas de alfabetização no Brasil, foi o surgimento do conceito de letramento na literatura e nas discussões acadêmicas.

Com as mudanças da reflexão do significado do acesso à leitura e da escrita no Brasil em relação ao modo da apropriação do sistema da escrita como na aprendizagem da leitura à introdução nas práticas sociais de decodificação e escrita, resultou no aparecimento do termo letramento ao lado do vocábulo alfabetização.

O termo letramento é recente no Brasil. Conforme Soares (2017) o termo letramento é o resultado da necessidade de reconhecimento e nomeação das práticas sociais de leitura e de escrita mais avançadas que as práticas do ler escrever, no qual é resultante da aprendizagem do sistema da escrita. O letramento aqui no Brasil deu-se por caminhos diferentes de outros países. No Brasil a discussão do letramento sempre surge fixada no conceito de alfabetização (SOARES 2017).

A expressão letramento no Brasil não substituiu a palavra alfabetização, e sim aparecendo associada a ela. A alfabetização e letramento são trabalhados em conjunto, uma vez que são processos distintos, porém indissociáveis. Uma vez desassociados fadará no fracasso escolar da criança. Lamentavelmente no Brasil os conceitos de alfabetização e letramento se mesclam, se sobrepondo, fazendo com que frequentemente se confundem como afirma Soares (2003).

Letramento é um conceito para reportar-se aos usos da língua não apenas na escola, como também em todos os lugares, uma vez que a presença da escrita altera-se de local para local, como também a necessidade de compreensão do sentido de um texto, saber utilizar o código da escrita em determinadas situações, dentre outros. Letramento não é um método, não é alfabetização e muito menos

uma habilidade, conforme Kleiman (2005). (SOARES 1999) acrescenta de modo claro de que letramento é o resultado da ação do ensinar ou do aprender a ler e escrever, usando esse resultado para o exercício das habilidades em práticas sociais. Na visão de Kleiman (2005):

O letramento também significa compreender o sentido, numa determinada situação, de um texto ou qualquer outro produto cultural escrito; por isso, uma prática de letramento escolar poderia implicar um conjunto de atividades visando ao desenvolvimento de estratégias ativas de compreensão da escrita, à ampliação do vocabulário e das informações para aumentar o conhecimento do aluno e à fluência na sua leitura. (KLEIMAN, 2005, 2005, p. 10).

A autora chama a atenção para o equívoco de alguns profissionais da educação sobre o letramento. Para ela, "o letramento não é alfabetização, mas a inclui! Em outras palavras, letramento e alfabetização estão associados. A existência e manutenção dos dois conceitos, quando antes um era suficiente [...]" (KLEIMAN, 2005, p. 11).

A alfabetização é o processo específico e indispensável da apropriação e aprendizagem da tecnologia do sistema da escrita, sendo um conjunto de procedimentos, no qual é fundamentado em teorias e princípios que orientam a aprendizagem inicial da leitura e escrita, sendo pautada em teorias e princípios de uma prática específica que envolve diversos saberes sobre o código escrito da sua língua, sendo um processo de aquisição das primeiras letras.

Para Kleiman (2005), a alfabetização

[...] é uma **prática**. E assim como toda prática que é específica a uma instituição, envolve diversos saberes (por exemplo, quem ensina conhece o sistema alfabético e suas regras de uso) diversos tipos participantes (alunos e professores) e, também, os elementos materiais que permitem concretizar essa prática em situações de aula, como quadro-de-giz, ilustrações, livros didáticos e quaisquer outros recursos pedagógicos. (KLEIMAN, 2005, 12 grifo do autor).

A autora também conceitua a alfabetização como um processo de aquisição das primeiras letras.

O olhar do professor é essencial na questão do alfabetizar, pois não é apenas chegar e alfabetizar. Primeiramente será necessário que o docente observe e faça um diagnóstico da turma, para saber o que eles já sabem sobre a língua escrita, visto que saber sobre a contextualização de onde a criança está inserida faz toda a

diferença. Conforme Soares (2003, p.19), "o conceito de alfabetização depende, sim, de características culturais, econômicas e tecnológicas". Sabedores de que para alfabetizar é necessário conhecer as práticas sociais em que a criança faz parte, e levá-las a ter domínio do mundo letrado por meio da exploração de vários gêneros textuais, que trazem sentido à criança e ao mesmo tempo trabalhar o sistema alfabético e suas regras. Deste modo, possibilitando ao aluno está sendo alfabetizado e letrado.

A alfabetização e letramento são processos distintos, com a ampliação dos limites de ensino e aprendizagem, visto que com o alargamento das habilidades diferenciadas de leitura e escrita. Um depende do outro, são indissociáveis. Uma vez entendido o conjunto de todas as habilidades e suas especificidades e a consciência de que não existe a necessidade de primeiramente aprender a técnica, para então iniciar o processo de letramento.

De acordo com Kleiman (2005), a alfabetização tem características específicas diferentes das do letramento,

A alfabetização, portanto, tem características específicas, diferentes das do letramento, mas é parte integrante dele. Como prática escolar, ela é essencial: todos - crianças, jovens e adultos - precisam ser alfabetizados para poder participar, de forma autônoma, das muitas práticas de letramento de diferentes situações. (KLEIMAN, 2005, p. 16).

Soares (2003) faz uma reflexão sobre as mudanças de paradigmas ao longo da história da alfabetização e suas consequências no que se refere ao fracasso escolar. Para a autora, as mudanças de paradigmas da alfabetização: da prática fundamentada no ideário behaviorista, do estímulo-resposta, quando se alfabetizava por meio dos métodos, sendo o foco a faceta linguística. Com o construtivismo, passou-se a uma prática que se focava mais na faceta psicológica (processo de construção da escrita pela criança), ou focando-se na faceta social (letramento) deixando-se de lado o ensino sistemático da língua escrita. Para este processo, a autora usou o termo 'desinvenção' da alfabetização: seria, pois, o desprezo, o abandono e o esquecimento da especificidade do processo de alfabetização – o ensino sistemático da língua escrita.

Soares (2003) alerta para o fato de que:

A alfabetização é algo que deveria ser ensinado de forma sistemática, ela não deve ficar diluída no processo de letramento. Acredito que essa é uma das principais causas do que vemos acontecer hoje: a precariedade do domínio da leitura e da escrita pelos alunos. Estamos tendo a prova disso através das avaliações nacionais. (SOARES, 2003, p. 1).

Em consequência da não utilização dos métodos no processo de alfabetização, fez com que fosse menosprezada ou ignorada a especificidade da alfabetização, que é o ensino sistemático da língua escrita.

Como assegura Soares (2003):

Existe também a falsa inferência de que, se for adotada uma teoria construtivista, não se pode ter método, como se os dois fossem incompatíveis. Ora, absurdo é não ter método na educação. Educação é, por definição, um processo dirigido a objetivos. (SOARES, 2003, p. 17).

Tendo a mesma convicção de Soares (2003) sobre as questões dos métodos, Mortatti (2006) chama a atenção para,

[...] a questão dos métodos é tão importante (mas não a única, nem a mais importante) quanto as muitas outras envolvidas nesse processo multifacetado, que vem apresentando como seu maior desafio a busca de soluções para as dificuldades de nossas crianças em aprender a ler e escrever e de nossos professores em ensiná-las. E qualquer discussão sobre métodos de alfabetização que se queira rigorosa e responsável, portanto, não pode desconsiderar o fato de que um método de ensino é apenas um dos aspectos de uma teoria educacional relacionada com uma teoria do conhecimento e com um projeto político e social. (MORTATTI 2006, p. 14).

Diante da situação Soares (2003) propõe o que chamou de *reinvenção* da alfabetização, que seria a retomada da especificidade da alfabetização; o ensino explícito e sistematizado do sistema de escrita alfabética associado às práticas de letramento, de modo que todas as facetas, tanto da alfabetização (linguística, social, psicológica), quanto as do letramento sejam contempladas.

Apesar dos fracassos ocorridos na alfabetização nos dias atuais surge uma esperança, porém não é precisamente a solução da questão. Soares (2003) entende como um movimento que está tentando recuperar a especificidade do processo de alfabetização, a autora nos alerta para estarmos atentos aos movimentos e direções de qual caminho que a “vara” irá pender. É preciso saber o que significa ‘se curvar para o outro lado’, pois se pode está voltando para o antigo o que não significa avanço. Avançamos, de acordo com Soares (2003) quando acumulamos o que foi aprendido com o passado e fazendo a junção das novidades que o presente traz.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através da revisão da literatura em base nas mudanças ocorridas na alfabetização no Brasil, da chegada dos padres jesuítas até os dias atuais, percebemos e acreditamos que o professor alfabetizador, como também todos os pedagogos, devam buscar conhecer o processo histórico da alfabetização. Isto porque, é importante conhecer não apenas os tipos métodos, como também os conceitos de alfabetização e letramento, para então fundamentar a sua metodologia do ensino da alfabetização, e acerte na sua prática, não deixando de lado o ensino sistemático da língua. Que não erremos como no passado quando ao aparecer o novo descartava-se o velho sem ao menos considerá-lo como útil. Que possamos avançar, levando em consideração equívocos do passado.

Entendemos através dessa revisão bibliográfica, de que os métodos tradicionais da alfabetização apesar de serem vistos por alguns como “retrocesso”, tem o seu lado positivo, pois ajudam as crianças a se apropriarem do sistema alfabético, como também entender a ordem desse sistema, os sons das letras, das palavras, como ocorre o processo de formação das sílabas, dentre outros. Porém é necessário o professor ir além dos seus conhecimentos básicos, conhecendo os tipos de métodos – sua história –, que será usado por ele na sua prática, estudar e desenvolver uma metodologia mais adequada para a sua turma, pois as turmas são heterogêneas e é preciso levar em consideração o ritmo de aprendizado de cada criança, visto que o processo de alfabetização e letramento são complexos, exigindo do aluno um grande esforço.

Hoje percebemos que a alfabetização ainda é uma questão, talvez por não se chegar a uma conclusão de como alfabetizar ou por existir ainda os embates de qual metodologia é a mais acertada, fazendo com que muitos professores fiquem confusos sem saber a “forma correta” de alfabetizar.

Chegamos à conclusão de que muitas mudanças ocorreram na alfabetização ao longo dos séculos, mas que a criança que está sendo alfabetizada precisa de um olhar mais cuidadoso do seu professor, uma vez que cada criança aprende do seu jeito e com um ritmo diferenciado da outra criança. Percebemos nessa revisão de literatura que um método apenas não alfabetiza, mas sim o conjunto de várias técnicas, instrumentos e métodos. Como vimos a alfabetização e o letramento, são indissociáveis, porém distintos. Percebemos, por fim, que não existe uma fórmula e

sim metodologias diferenciadas e que em conjunto pode levar ao êxito da alfabetização da criança.

REFERÊNCIA

- ALBUQUERQUE, Eliana Borges Correia de. **Conceituando alfabetização e letramento**. In: **Alfabetização e letramento: conceitos e relações**. Disponível em: http://www.plataformadoletramento.org.br/arquivo_upload/2014-04/20140429130643-alfabetizacao_e_letramento_conceitos_relac%C3%B5es_ceel.pdf. Acessado em: 26 de jul. de 2019.
- FERREIRO, Emília. A escrita... antes das letras. In: SINCLAIR, Hermine. **A produção de notações na criança: linguagem, número, ritmos e melodias** São Paulo: Cortez, 1990 (esgotado sem previsão de reedição). Disponível em: <http://site.veracruz.edu.br/instituto/wp-content/uploads/2016/08/Emilia-Ferreiro-A-Escrita-Antes-das-Letras-1.pdf>. Acessado em: 14 de ago. de 2019.
- FERREIRO, Emília. Desenvolvimento da alfabetização: psicogênese. In: GOODMAN, Yetta M. (org.). **Como as crianças constroem a leitura e a escrita: perspectivas piagetianas**. Artes Médicas, 1995. p. 31 -35.
- KLLEIMAN, Angela B. **Preciso "ensinar" o letramento?: Não basta ensinar a ler e a escrever?** Campinas - SP: Cefiel/IEL/Unicamp, 2005.
- MAGALHÃES, Naiara. **História dos métodos de alfabetização**. Disponível em: <http://www.ceale.fae.ufmg.br/pages/view/retrospectiva-historia-dos-metodos-de-alfabetizacao-1.html>. Acessado em 19 de mai. de 2019.
- MAXWELL, Kenneth. **Marquês de Pombal: Paradoxo do Iluminismo**. Disponível em: <https://docplayer.com.br/13041326-Marques-de-pombal-paradoxo-do-iluminismo-kenneth-maxwell-gh-k-x-tfz-etw-w.html>. Acessado em: 15 de mai. de 2019.
- MEDONÇA, Onaide Schwartz. **Percorso histórico dos métodos de alfabetização**. Disponível em: <https://acervodigital.unesp.br/bitstream/123456789/40137/1/01d16t02.pdf>. Acessado em: 09 de jun. de 2019.
- MENDONÇA, Onaide Schwartz; MENDONÇA, Olympio Correa de. **Psicogênese da Língua Escrita: contribuições, equívocos e consequências para a alfabetização**. In: UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA. Pró-Reitoria de Graduação. Caderno de formação: formação de professores: Bloco 02: Didática dos conteúdos. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2011. v. 2. p. 36-57. (D16 - Conteúdo e Didática de Alfabetização). Disponível em: <http://acervodigital.unesp.br/handle/123456789/40138>. Acesso em: 30 de mai. de 2019.
- MELLO, Márcia Cristina de Oliveira. **Emilia Ferreiro (1 935 –) e a psicogênese da língua escrita**. In: MORTATTI, MRL., et al., orgs. **Sujeitos da história do ensino de leitura e escrita no Brasil** [online]. Disponível em:

<http://books.scielo.org/id/3nj6y/pdf/mortatti-9788568334362-15.pdf>. Acessado em: 26 de jul. de 2019. (p. 245-275).

MORTATTI, Maria do Rosário Longo (org.). **Alfabetização no Brasil**: uma história da sua história. Acessado em: <https://www.marilia.unesp.br/Home/Publicacoes/alfabetizacao.pdf>. Disponível em: 31 de jul. de 2019.

MORTATTI, Maria do Rosário Longo. **História dos métodos**. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Ensfund/alf_mortattihisttextalfbbr.pdf. Acessado em: 09 de jun. de 2019.

MORTATTI, Maria do Rosário Longo. **Os sentidos da alfabetização**. São Paulo. UNESP: CONED, 2000. – (Encyclopaidéia).

SAVIANI, Dermeval. **História da idéias pedagógicas no Brasil, vol. 1**: séculos XVI -XVIII. In _____. **Educação e colonização**: as ideias pedagógicas no Brasil. Disponível em: <https://www.passeidireto.com/arquivo/2418456/dermeval-saviani-educacao-e-colonizacao-as-ideias-pedagogicas-no-bras>. Acessado em: 15 de mai. de 2019.

SAVIANI, Dermeval. **História da idéias pedagógicas no Brasil**. 2° Ed. ver. e ampliada. Campinas, São Paulo. Autores Associados, 2008. – (**Coleção memória da educação**). Disponível em: <https://www.passeidireto.com/arquivo/2418905/dermeval-saviani-historia-das-ideias-pedagogicas-no-brasil-2-ed-> . Acessado em: 26 de abr. de 2019.

SOARES, Magda. **Alfabetização**: a questão dos métodos. São Paulo: Contexto, 2016.

SOARES, Magda. **Alfabetização e Letramento**: caminhos e descaminhos. Disponível em: <https://oportuguesdobrasil.files.wordpress.com/2015/02/18892732-artigo-alfabetizacao-e-letramento-magda-soares1.pdf>. Acessado em: 09 de jun. de 2019.

SOARES, Magda. **A reinvenção da alfabetização**. Revista Presença Pedagógica, Belo Horizonte, v. 9, n. 52, jul./ago. 2003.

SOARES, Magda. **Letramento: um tema em três gêneros**. São Paulo: Autêntica 1999, p.15-25. Disponível em: https://oportuguesdobrasil.files.wordpress.com/2015/02/4soares_letramento.pdf. Acessado em: 09 de jun. de 2019.

TRINDADE, Iole Maria Faviero. **A Invenção de uma nova ordem para as cartilhas**: Ser maternal, nacional e mestra. Queres ler? Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/1891>. Acessado em: 07 de jun. de 2019.

VIEIRA, Zeneide Paiva Pereira. **Cartilhas de alfabetização no Brasil**: um estudo sobre trajetória e memória de ensino e aprendizagem da língua escrita. Disponível

em: <http://www2.uesb.br/ppg/ppgmls/wp-content/uploads/2017/09/Tese-Zeneide-Paiva-Pereira-Vieira.pdf>. Acessado em: 14 de ago. de 2019.